

**A IMPORTÂNCIA DA OLERICULTURA NA DINAMIZAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA
DE HORTALIÇAS NA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL**

**THE IMPORTANCE OF VEGETABLE GROWING IN THE DYNAMIZATION OF THE
PRODUCTIVE CHAIN OF VEGETABLES IN FAMILY AGRICULTURE IN BRAZIL**

Laurenço Oliveira dos Santos

Mestrando em Ciências do Solo, Universidade Federal da Paraíba, Areia, Brasil

E-mail: lourencoprofissional4@gmail.com

Joyciara Alvim Muniz

Licenciada em Licenciatura em Ciências Agrárias, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Codó, Brasil

E-mail: joyciaraalvim@gmail.com

Cleiton Sousa Santos

Discente do curso de Licenciatura em Ciências Agrárias, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Codó, Brasil

E-mail: sousacleitonprofissional@gmail.com

Wilkenedy lima Sena

Discente do curso de Licenciatura em Ciências Agrárias, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Codó, Brasil

E-mail: wilsena87@gmail.com

Recebido: 28/03/2025 – Aceito: 15/05/2025

Resumo

A agricultura familiar no Brasil é responsável por 77% dos estabelecimentos rurais e desempenha papel essencial na produção de alimentos para o mercado interno, destacando a olericultura como atividade estratégica para a diversificação produtiva, geração de emprego, renda e fortalecimento da segurança alimentar. A produção de hortaliças, realizada majoritariamente em pequenas propriedades, enfrenta desafios como o acesso limitado a tecnologias, crédito, infraestrutura e canais de comercialização, fatores que limitam seu crescimento e inserção competitiva no mercado. Apesar disso, a olericultura se mostra uma alternativa eficiente e sustentável para dinamizar a cadeia produtiva agrícola, aproveitando a demanda crescente por alimentos frescos e saudáveis, além de promover práticas agrícolas mais responsáveis. A história do cultivo de hortaliças no Brasil remonta à colonização portuguesa, que introduziu diversas espécies

adaptadas às condições locais, consolidando a atividade como uma importante fonte de renda, especialmente nas regiões Sudeste e Sul, com potencial de expansão em outras áreas como o Nordeste. O estudo aponta que, para fortalecer a cadeia produtiva da agricultura familiar, é fundamental a implementação de políticas públicas específicas, investimentos em tecnologias acessíveis e o fortalecimento das redes de comercialização, promovendo, assim, o desenvolvimento rural sustentável, a inclusão social e a preservação ambiental.

Palavras-chave: Cadeia produtiva; Segurança alimentar; Desenvolvimento rural.

Abstract

Family farming in Brazil accounts for 77% of rural establishments and plays an essential role in food production for the domestic market, with olericulture standing out as a strategic activity for productive diversification, employment generation, income, and strengthening food security. The production of vegetables, primarily carried out on small properties, faces challenges such as limited access to technology, credit, infrastructure, and marketing channels, factors that hinder its growth and competitive market integration. Nevertheless, olericulture proves to be an efficient and sustainable alternative to invigorate the agricultural production chain, leveraging the growing demand for fresh and healthy foods, while promoting more responsible agricultural practices. The history of vegetable cultivation in Brazil dates back to Portuguese colonization, which introduced various species adapted to local conditions, establishing the activity as an important source of income, especially in the Southeast and South regions, with potential for expansion in other areas like the Northeast. The study indicates that, to strengthen the family farming production chain, it is crucial to implement specific public policies, invest in accessible technologies, and reinforce marketing networks, thereby promoting sustainable rural development, social inclusion, and environmental preservation.

Keywords: Production chain; Food security; Rural development

1. Introdução

A agricultura familiar representa uma das principais formas de produção agrícola no Brasil, sendo responsável por aproximadamente 77% dos estabelecimentos rurais do país e por uma parcela significativa da produção de alimentos destinados ao consumo interno (IBGE, 2017). Dentro desse contexto, a olericultura, ou seja, o cultivo de hortaliças, ganha destaque como uma atividade estratégica não apenas pela sua importância econômica, mas também por contribuir para a segurança alimentar, a diversificação da produção e a geração

de emprego e renda no meio rural (CNA, 2017; Lima, Bessa e Salomão, 2024).

Diversos estudos têm ressaltado a relevância da agricultura familiar para o fortalecimento das economias locais e para a promoção de práticas agrícolas mais sustentáveis (Ribeiro, 2017; Bevilaqua, 2016). No entanto, apesar dos avanços, a cadeia produtiva de hortaliças cultivadas por pequenos produtores ainda enfrenta inúmeros desafios, como a dificuldade de acesso a tecnologias, crédito, infraestrutura, canais de comercialização e políticas públicas específicas que atendam às suas realidades (Berchin et al., 2019; Negi; Wood, 2019). Essas lacunas evidenciam a necessidade de estudos que investiguem de forma integrada o papel da olericultura na dinâmica da agricultura familiar e sua inserção no mercado.

Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar a importância da olericultura na dinamização da cadeia produtiva de hortaliças na agricultura familiar no Brasil, explorando suas contribuições sociais, econômicas e ambientais, bem como os desafios enfrentados pelos agricultores familiares neste setor. A pesquisa se justifica pela relevância prática de compreender como essa atividade pode se tornar um vetor de desenvolvimento rural sustentável e pela lacuna teórica existente na articulação entre os três eixos temáticos: agricultura familiar, cadeia produtiva de hortaliças e olericultura.

A delimitação do estudo concentra-se no contexto brasileiro, com ênfase na atuação dos pequenos produtores familiares que cultivam hortaliças, considerando dados secundários de instituições como o IBGE, CNA e literatura especializada, especialmente no recorte temporal dos últimos vinte anos. Esse recorte permite observar tendências recentes e mudanças estruturais no setor.

A abordagem metodológica adotada foi de natureza qualitativa, com base em uma revisão bibliográfica e documental, buscando reunir e analisar dados e interpretações de diferentes autores sobre os temas centrais da pesquisa. Essa estratégia possibilitou compreender a complexidade da cadeia produtiva de hortaliças no contexto da agricultura familiar e identificar caminhos para seu fortalecimento.

1.1 Objetivos Gerais

Analisar a importância da olericultura na dinamização da cadeia produtiva de hortaliças na agricultura familiar no Brasil, explorando suas contribuições sociais, econômicas e ambientais

2. Revisão da Literatura

2.1 Agricultura familiar

A agricultura familiar é uma forma de produção agrícola onde a gestão do plantio é realizada por grupos de famílias que dirigem todo o processo produtivo, dando ênfase à produção diversificada e em menor escala (Santana et al., 2013). Do ponto de vista sociológico, os agricultores familiares representam uma forma social específica de trabalho e produção, situada em um espaço geográfico definido. Sua atividade implica a interação de um grupo familiar, ligado por laços de parentesco, com a terra e outros meios de produção, bem como com outras unidades familiares e grupos sociais (Schneider, 2003).

De acordo com a Lei n. 11.326, de 24 de junho de 2006, regulamentada pelo Decreto n. 9.064, de 31 de maio de 2017, o agricultor familiar é definido como aquele que, simultaneamente: I. detém uma área de até quatro módulos fiscais, independentemente do tipo de posse; II. Utiliza pelo menos metade da mão de obra familiar no processo produtivo e na geração de renda; III. Obtém ao menos metade da renda familiar das atividades econômicas do próprio estabelecimento; e, IV. Administra o estabelecimento ou empreendimento exclusivamente com sua família (BRASIL, 2017).

Conforme dados do Censo Agropecuário de 2017 realizado pelo IBGE, no Brasil, existem aproximadamente 3,9 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar, o que corresponde a 77% do total. Esses estabelecimentos ocupam uma área total de 80,9 milhões de hectares e contribuem com 23% de toda a produção agrícola do país. O levantamento também revela que a faixa etária predominante da população rural brasileira está entre 30 e 60 anos, destacando a importância das novas gerações no processo de sucessão familiar para garantir a continuidade dos negócios rurais.

Os agricultores necessitam de uma atenção especial para que permaneçam no campo, com políticas públicas e educação que despertem a sensibilidade e

responsabilidade ambiental, promovendo a qualidade de vida (Reis; Lima; Desiderio, 2018).

A partir da década de sessenta, o Brasil deu início a um processo de modernização agrícola, impulsionado pelos países desenvolvidos. Esse processo incluiu o incentivo à mecanização, o uso de fertilizantes químicos, sementes híbridas selecionadas para aumentar a produtividade, além da aplicação de agrotóxicos para controle de pragas e ervas daninhas. O país também melhorou as linhas de crédito, com o objetivo de expandir a produção agrícola voltada para o mercado externo, priorizando as grandes propriedades rurais (Navolar; Rignon; Philippi, 2010).

Entretanto, esse modelo não contempla a agricultura de subsistência, que acabou marginalizada e sem políticas de apoio. Os pequenos produtores rurais, diretamente envolvidos na agricultura familiar, passaram a ser vistos como inferiores e obsoletos diante das tecnologias empregadas pela agricultura de grande escala. Como consequência, muitos desses agricultores abandonaram o campo em busca de melhores oportunidades nas cidades, o que intensificou o êxodo rural e ampliou a desigualdade social (Vieira, 2018).

Porém, a agricultura sustentável surge como um foco para a agricultura familiar, respondendo à pressão da sociedade por uma produção que preserve os recursos naturais, forneça alimentos saudáveis e de alto valor nutricional, e que, ao mesmo tempo, não comprometa o meio ambiente, a saúde, o desenvolvimento tecnológico e a segurança alimentar, assegurando os direitos fundamentais do ser humano (Bevilaqua, 2016).

A agricultura familiar é uma atividade capaz de aumentar a produção de alimentos de maneira economicamente viável e ambientalmente responsável, atendendo a um mercado crescente de produtos saudáveis e frescos, fornecidos diretamente pelos produtores. Essa prática integra aspectos econômicos, sociais e ambientais, pois é conduzida pelo núcleo familiar e trata a terra como um bem comum dos membros, sendo utilizada para atender às suas necessidades. Além disso, valoriza a diversidade, emprega a policultura, equilibra o uso do espaço e promove qualidade de vida (Ribeiro, 2017).

2.2 Cadeia de hortaliças na agricultura familiar

O setor da agricultura familiar é responsável por uma parcela substancial da produção de alimentos no Brasil (Lima, 2024). Grande parte das hortaliças cultivadas no país é produzida por pequenos agricultores familiares, que geralmente direcionam sua produção para o mercado interno (Berchin et al., 2019).

A produção de frutas e vegetais, envolve uma cadeia de suprimentos complexa que abrange todo o processo, da terra à mesa do consumidor. Essa cadeia de suprimentos inclui vários estágios e atores, cada um desempenhando um papel crucial na entrega do produto final ao cliente. (Cao; Mohiuddin, 2019; Zhang et al., 2017).

A cadeia de suprimentos de alimentos consiste em uma rede de diferentes entidades, cada uma responsável por um estágio específico do processo de produção e distribuição. Os fazendeiros são os produtores iniciais, colhendo as matérias-primas. Os processadores então convertem essas matérias-primas em produtos finais, embalando-os para distribuição. Os distribuidores, por sua vez, fornecem esses produtos embalados aos varejistas, que são o elo final da cadeia, vendendo os produtos aos consumidores finais (Negi; Wood, 2019).

A comercialização de hortaliças enfrenta desafios, que incluem a adoção de estratégias de marketing e a garantia da qualidade dos produtos. Segundo Piza e Welsh (1968), a comercialização abrange um conjunto de atividades que vai desde a produção até a chegada do produto ao consumidor final. Nesse processo, a embalagem desempenha um papel crucial, não apenas protegendo os produtos, mas também impactando sua qualidade e apresentação. Além disso, a escolha do local de venda é uma decisão estratégica, pois influencia o alcance do mercado e o contato direto com os consumidores

2.3 Olericultura no Brasil

O cultivo de hortaliças no Brasil é caracterizado como uma atividade realizada prioritariamente em micro e pequenas propriedades, localizadas em sua grande maioria nas proximidades dos grandes centros urbanos (CNA, 2017).

Segundo Madeira, Reifschneider e Giordano (2008), a colonização portuguesa

desempenhou um papel fundamental no intercâmbio de plantas entre a Europa, aproveitando a fertilidade das terras brasileiras e sua biodiversidade, que atraíam os colonos. Acostumados a cultivar hortas e consumir hortaliças em caldos, os portugueses trouxeram ao Brasil diversas espécies, como alface, alho, cebola, cenoura, couve, espinafre, gengibre, inhame, mostarda, nabo, pepino e repolho. Eles trouxeram sementes e materiais vegetativos para garantir a produção nas novas terras e assegurar a alimentação dos tripulantes durante as viagens marítimas.

As hortaliças desempenham um papel crucial no cenário agrícola brasileiro, destacando-se pela alta rentabilidade, distribuição de renda e geração de emprego. De acordo com Lima, Bessa e Salomão (2024), a produção de hortaliças desempenha um papel fundamental na atividade agrícola familiar, fortalecendo-a por meio da geração de emprego e renda. A facilidade de adaptação dos agricultores, a alta demanda por mão de obra, a exigência de pequenas áreas e o rápido retorno de capital fazem da olericultura uma excelente alternativa para a agricultura familiar (Amaro et al., 2007).

No Brasil, predominantemente, as hortaliças provêm de pequenas e médias propriedades, majoritariamente geridas por famílias, o que contribui de forma significativa para a geração de empregos. Conforme a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA, 2017), em 2016, essa cadeia movimentou cerca de US\$ 19 bilhões, representando US\$ 5,35 bilhões do PIB.

A produção de hortaliças no Brasil concentra-se em regiões como o Sudeste e o Sul, que possuem infraestrutura e acesso mais fácil aos mercados consumidores. No entanto, regiões outras, como o Nordeste, apresentam potencial significativo para a expansão da produção, especialmente com a adoção de práticas agrícolas sustentáveis e investimentos em tecnologias acessíveis (Vieira, 2018).

3. Considerações Finais

Este estudo analisou a importância da olericultura na dinamização da cadeia produtiva de hortaliças na agricultura familiar no Brasil. Os resultados mostraram que a agricultura familiar é fundamental para o abastecimento interno de alimentos e que a produção de hortaliças desempenha papel estratégico na

geração de renda, na diversificação produtiva e no fortalecimento socioeconômico das famílias rurais.

Apesar de sua relevância, a cadeia produtiva enfrenta desafios, como o acesso restrito a tecnologias, infraestrutura e mercados competitivos, o que limita o potencial de crescimento do setor. A pesquisa destacou a necessidade de políticas públicas que apoiem o desenvolvimento da olericultura familiar, com foco na sustentabilidade e no fortalecimento de redes de comercialização.

Como contribuição, o estudo amplia o entendimento sobre a relação entre agricultura familiar e produção de hortaliças, reforçando a importância de estratégias integradas para impulsionar o setor. Sugere-se, para pesquisas futuras, a análise mais aprofundada de experiências locais de sucesso e a avaliação dos impactos de políticas públicas específicas sobre a produção de hortaliças no país.

Referências

AMARO, G. B. et al. **Recomendações técnicas para o cultivo de hortaliças em agricultura familiar**. Brasília: Embrapa hortaliças, 2007.

BERCHIN, I. B. et al. The contributions of public policies for strengthening family farming and increasing food security: The case of Brazil. **Land use policy**, v. 82, p. 573-584, 2019.

BEVILAQUA, K. A. **Pensando além da produção: uma análise da agricultura familiar como ferramenta de consolidação da sustentabilidade pluridimensional e da segurança alimentar**. 2016. 132 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2016.

BRASIL. **Decreto n. 9.064, de 31 de maio de 2017**. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimento familiares rurais. Diário Oficial da União: 31 mai. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004/2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 07 de mai. de 2024.

CAO, Y.; MOHIUDDIN, M. Sustainable Emerging Country Agro-Food Supply Chains: Fresh Vegetable Price Formation Mechanisms in Rural China.

Sustainability, v. 11, n. 4, 2019.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL – CNA.
Mapeamento e qualificação da cadeia produtiva das hortaliças no Brasil.
Brasília: CNA, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agro 2017**: População ocupada nos estabelecimentos agropecuários cai 8,8%. Agência de Notícias, 2019. Disponível em: 57 <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao-ocupada-nos-estabelecimentos-agropecuarios-cai-8-8>. Acesso em: 10 jan. 2025.

LIMA, J. P. F.; BESSA, R. R.; SALOMÃO, P. E. A. A importância da agricultura familiar para a segurança alimentar. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 9, n. 1, 2024.

MADEIRA, N. R.; REIFSCHNEIDER, F. J. B.; GIORDANO, L. D. B. Contribuição portuguesa à produção e ao consumo de hortaliças no Brasil: uma revisão histórica. **Horticultura Brasileira**, v. 26, p. 428-432, 2008.

NAVOLAR, T. S.; RIGON, S. A.; PHILIPPI, J. M. S. Diálogo entre agroecologia e promoção da saúde. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 23, n. 1, p. 69- 79, jan/mar. 2010.

NEGI, S.; WOOD, L. C. Lead time de transporte em cadeias de valor de alimentos perecíveis: uma perspectiva indiana. **Revista Internacional de Gestão da Cadeia de Valor**, v. 10, n. 4, p. 290-315, 2019.

PIZA, P. A.; WELSH, M. A. **Comercialização de produtos agrícolas**. São Paulo: Editora XYZ, 1968.

REIS, M. B. D. F.; LIMA, D. D. C. B. P.; DESIDERIO, M. Desenvolvimento, educação e sustentabilidade: questões emergentes e desafiadoras. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 35, n. 3, p. 4-22, 2018.

RIBEIRO, M. E. O. **Alternativas de adoção de práticas no âmbito do desenvolvimento sustentável em propriedades rurais familiares**. 2017. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES, Lajeado, Rio Grande do Sul, 2017.

SANTANA, F. C. et al. **Diagnóstico sócio-técnico dos produtores e comerciantes de base familiar agrícola de João Monlevade (MG) e sugestões de manejo e comercialização**. Belo Horizonte – MG, 2013.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

VIEIRA, M. G. M. et al. Vivências agroecológicas promovidas pelo projeto de extensão “educação para transformação”. **Ambiente: Gestão e Desenvolvimento**, v. 11, n. 01, p. 150-166, 2018.

ZHANG, Y.; ZHAO, L.; QIAN, C. Modeling of an IoT-enabled supply chain for perishable food with two-echelon supply hubs. **Industrial Management & Data Systems**, v. 117, n. 9, p. 1890-1905, 2017.